

**A dialética Denúncia/Anúncio em Freire: saídas para uma formação cidadã
decolonial crítica na Educação em Ciências**

**The dialectic Denunciation/Announcement in Freire: outputs for a critical
decolonial citizen formation in Science Education**

**Denuncia/Anuncio dialéctico en Freire: salidas para una formación ciudadana
decolonial crítica en la Educación Científica**

Suzani Cassiani¹

*Não há denúncia verdadeira sem compromisso de transformação, nem este sem ação
(Paulo Freire, 2005, p. 68)*

Resumen

Desde 2004, nuestro grupo de investigación se ha dedicado a incluir en la agenda de Educación Científica un compromiso en la lucha por la justicia social, con el fin de contribuir a la superación de las opresiones interseccionales como raza, clase y género que estructuran la sociedad latinoamericana. En este artículo me centraré en algunos trabajos de investigación con los siguientes temas: formación docente intercultural, antropofagia curricular decolonial, formación ciudadana crítica decolonial y con la dialéctica freireana denuncia-anuncio. Nuestro objetivo en este trabajo es contribuir con la educación de la biología y la construcción de ciudadanía latinoamericana, inspiradas en Paulo Freire, en el análisis del discurso y en los estudios decoloniales.

Palabras clave: Ciencias de la Educación. Decolonialidad. Emancipación. Ciudadanía.

Abstract

Since 2004, our research group has been dedicated to including in the Science Education plan a commitment to the fight for social justice to contribute to overcoming intersectional oppressions such as race, class, and gender that structure society. Latin American. In this article, I will focus on some research works with the following topics: intercultural teacher education, decolonial curricular anthropophagy, decolonial critical citizen, and the Freirean dialectic denunciation-announcement. Our objective in this work is to contribute to biology education and the construction of Latin American citizenships, inspired by Paulo Freire, in discourse analysis and decolonial studies.

Keywords: Science Education. Decoloniality. Emancipation. Citizenship.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina. suzani.cassiani@ufsc.br



Introdução

Os estudos das relações Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS) ganharam destaque na Educação Científica e Tecnológica (ECT) nos anos 1990 e 2000, sobretudo pelo potencial crítico e pela capacidade de articulação da formação científica à formação cidadã. Entretanto, as abordagens CTS na ECT se valem de temas que podem ser considerados universais, como o Aquecimento Global e os recursos hídricos. Assim, mesmo textos que eram considerados críticos na ECT, muitas vezes traziam em seus discursos problemas que estavam muito aquém da realidade latino-americana. Ao nos perguntarmos de qual cidadania estávamos falando nos estudos CTS, olhamos para as produções acadêmicas, bem como materiais que circulam na escola e constatamos que problemas tão emergenciais como a fome, por exemplo, são ignorados dos conteúdos de ciências. Como podemos falar em cidadania, ensinando alimentação saudável ou tabelas de nutrientes na disciplina de ciências, para crianças que ainda não se alimentaram no dia? Por que 72% destas pessoas, em situação de miséria, são negras ou pardas? Como a educação em ciências pode enfrentar situações como essa? Como contribuir para um ensino de ciências que reconheça a diversidade epistêmica, cultural e biológica da América Latina e a partir daí promova um cidadão crítico vigilante de seus direitos? Quais desafios os educadores de ciências em geral têm para contribuir para a formação de cidadãos críticos? Essas perguntas nos estimularam a construir conhecimentos e articular com outros países a partir dessa problematização.

Um exemplo é o macroprojeto "La educación en biología y la construcción de ciudadanías: una perspectiva Latinoamericana" (Moreno et al., 2021) é um espaço plural e importante para discussões e aprendizagens, pois envolve um diálogo entre cinco países participantes da América Latina.

Observando trabalhos da área, percebíamos que o conceito de cidadania era polissêmico e disperso, muitas vezes com parâmetros europeus ou estadunidenses. Assim, iniciamos uma problematização sobre essa temática: de qual cidadania latino-americana estávamos falando e qual necessitávamos?

Ao considerar que a educação científica pode contribuir para quebrar o silêncio imposto pela colonialidade do saber, reafirmamos que pode ser um espaço contra hegemônico à herança colonial, para podermos enfrentar as injustiças sociais.

Desde 2004, o Grupo de pesquisa *Discursos da Ciência e da Tecnologia na Educação* (DiCiTE) se dedicou a incorporar outras demandas e a luta por justiça (socioambiental, de gênero, racial) na pauta da Educação em Ciências. Neste artigo, priorizei alguns trabalhos de pesquisa com os seguintes temas: formação intercultural de professores (Pereira, 2014), antropofagia curricular decolonial (Barbosa, 2018), formação de cidadão crítico decolonial e com a dialética denuncia-anúncio freireana. (Bianchetti,



2022). Nosso objetivo neste trabalho é contribuir para o ensino de biologia e a construção de cidadanias latino-americanas, inspirados em Paulo Freire, na análise do discurso e nos estudos decoloniais.

Contextualizando

O grupo de pesquisa e estudos DiCiTE iniciou seus trabalhos, tendo como referenciais teóricos os Educação CTS Latinoamericana (Linsingen, 2006; Linsingen & Cassiani, 2012) e a Análise de Discurso Franco-Brasileira (Orlandi, 2011) e Educação Emancipatória (Freire, 2005). Nesses primeiros anos nossas investigações se pautaram na leitura e escrita, observando o funcionamento da linguagem na educação formal em ciências, bem como na divulgação científica, formação de professores, entre outros espaços.. Naquela etapa, já percebíamos a colonialidade do saber imposta pelas universidades, enaltecendo somente trabalhos que vinham do exterior com diferentes problemas e perspectivas da América Latina. Porém, nosso giro decolonial aconteceu de fato quando, em meados de 2009, iniciamos a coordenação de uma cooperação educacional com o Timor-Leste, país do sudeste asiático que fica a 17.879 mil quilômetros de distância do Brasil. Desde 2002, Timor-Leste estava a formar professores timorenses, ao expulsar os indonésios que haviam invadido o país em 1975. A cooperação educacional, coordenada por nossa universidade, era intitulada Programa de Qualificação de Docentes e Ensino de Língua Portuguesa, financiado pelo Brasil, no qual 50 professores brasileiros eram enviados anualmente para formar docentes timorenses. Tratava-se de um acordo de cooperação Sul-Sul, voltado para países em desenvolvimento. Nas duas últimas décadas estes programas se intensificaram, quando o Brasil é visto como um protagonista de ações e não como um país passivo que apenas promovia ações oriundas do exterior.

Em 2009, ao chegarmos no território timorense nos deparamos com uma invasão cultural de muitos parceiros internacionais, em várias dimensões: política, jurídica, educacional, estética, entre outras. Também, encontramos uma história sangrenta de luta e resistência de um povo que amava Paulo Freire. Os portugueses invadiram Timor-Leste por volta do ano de 1.514. Em 1974, na luta pela independência de Portugal, o analfabetismo era cerca de 85% da população, contrariando a ideia de que a colonização traria progresso e desenvolvimento, pelos invasores Europeus dos territórios de África, América e Ásia. Nesse contexto, Paulo Freire ficou conhecido pelo povo timorense na década de 1970, pois uma das frentes da guerrilha pela independência, era promover a alfabetização das palavras e a consciência política. Desde então, Freire vive na mente e nos corações dos timorenses.

Durante a invasão indonésia de 1975 aconteceu um genocídio no qual 1/3 da população timorense foi brutalmente assassinada.



Em 2009, levantávamos as denúncias, em relação à transnacionalização da educação e a colonialidade do saber imposta pelos parceiros internacionais, sem considerar as diferenças culturais e temporais. Uma trincheira decolonial foi potencializada nesse contexto, para começarmos a entender que era necessário resistir com anúncios emancipatórios. Essa experiência foi transformadora, possibilitou a abertura e fortalecimento de outros laços entre o Brasil e o Timor-Leste. (Cassiani, 2018). Essas passagens naquele país ao longo de mais de uma década, contribuíram para elaborarmos ferramentas teóricas inspiradas em Paulo Freire para que pudéssemos pensar a decolonialidade e outros conceitos como a cidadania, tanto em TL quanto no Brasil.

O enfrentamento dos efeitos de colonialidade: denúncias e anúncios

Dos trabalhos que gostaria de trazer neste texto, dois foram desenvolvidos em Timor-Leste. A tese de Patrícia B. Pereira (2014) trouxe elementos importantes que transformaram nossas perspectivas, quando seu objeto de estudo, a formação de cooperantes brasileiros na educação de professores timorenses, nos fez refletir sobre a importância do conceito de colonialidade e interculturalidade, focando na dialogicidade e emancipação. Essa pesquisa em Timor-Leste tinha como foco a contribuição na formação de professores da escola básica. Inspirados em Freire, iniciamos um trabalho coletivo de cooperação de fato, no sentido colaborativo e transformador tanto para os brasileiros, quanto para os timorenses de maneira mais dialógica e horizontal. Assim, aprendemos tanto, que começamos a compreender os efeitos de colonialidade, que nos atravessava no Brasil.



Bio-pánel

Acredito, mesmo assim, que orientados por algo parecido ao que Orlandi (2011) analisa na educação indígena, de certo modo, reconhecemos que ouvir o sujeito que já tem um contato intercultural e está ao alcance dos mecanismos de reprodução, ao pedir uma educação científica igual a nossa (ou que ele achava que era a nossa), não significava reproduzir, de forma automática, uma situação que não concordávamos. Assim, analiso que nos posicionamos, enquanto interlocutores, em um processo que sempre tentávamos distinguir se estávamos ouvindo o timorense ou a voz do estrangeiro, ocidental, que nele falava. (Pereira (2014, p. 252)

As leituras freireanas, e seus desdobramentos na Educação em Ciências, foram essenciais para a compreensão do cunho assistencialista de muitas de nossas práticas formativas, bem como as influências de outros países cooperantes (ibidem, 2014).

Alessandro T. Barbosa (2018) nos fez refletir sobre a transnacionalização curricular, enfocando as tensões entre o nacional e o global na elaboração do plano curricular do Ensino Secundário em Timor-Leste. A pesquisa, além de analisar os efeitos de sentidos de colonialidade no processo de produção e implementação do currículo, buscou também propor espaços contra-hegemônicos que, mediante princípios como a

horizontalidade, o diálogo e o enfoque decolonial, procuraram construir caminhos para pensar a formação dos professores de Biologia de forma contextualizada, numa via de mão dupla, repleta de conflitos, desafios e resistências.

Assim, a antropofagia curricular busca questionar a universalização do conhecimento científico oriundos do norte global (Europa e EUA) e o apagamento de racionalidades locais, que são silenciadas e jogadas em segundo plano na atividade de ensino. Ao contrário disso, propomos nesta pesquisa romper com a universalização de uma forma de pensar verdadeira e passamos a defender a problematização e a apropriação crítica dos conhecimentos como instrumentos de libertação, compreensão e transformação de uma dada realidade, entre esses, enfatizamos a valorização dos conhecimentos produzidos no Sul Global na constituição da identidade e a história do país (p. 119).

Segundo o autor, a perspectiva curricular decolonial antropofágica, possibilita deglutir o que vem de fora, para pensar e criar espaços, refletir, discutir e compreender a produção dos efeitos da colonialidade para decolonizar mentes e corações.

O terceiro trabalho realizado no Brasil, inspirado na dialética Freireana denúncia-anúncio teve como foco a problematização do que é cidadania num país tão desigual e a anúncios sobre uma formação cidadã decolonial crítica, com base num coletivo denominado Aprendizes de Griô e com a Comunidade Quilombola Família Xavier. Como resultados, foram encontrados alguns elementos de ciência e tecnologia em perspectiva contra-hegemônica e algumas dimensões de cidadania coerentes com o contexto do Sul-Global. A partir desses elementos, foi possível compreender e propor o que é uma formação cidadã crítica e decolonial como uma proposta para o desenvolvimento da Educação em Ciências, em perspectiva emancipatória e socialmente referenciada.

Para Bianchetti (2022), dentre os elementos que constituem a formação cidadã decolonial crítica, destaca a realização de denúncias e anúncios sobre a realidade, partindo da identificação e do estudo das contradições, passando pela recusa à adaptação, até chegar na práxis decolonial como forma de transformação da realidade.

"reside no entendimento de que só pode haver anúncio se a realidade for analisada criticamente para que sejam identificadas as contradições de cada contexto. Ao mesmo tempo em que a denúncia por si só não encaminha a transformação da realidade e perde seu caráter crítico-transformador se não for acompanhada de proposições orientadas para a emancipação". (ibidem, p. 130)

Ou seja, é preciso partir da realidade para realizar denúncias e voltar à realidade com conhecimento para transformá-la, no sentido de superar as contradições.

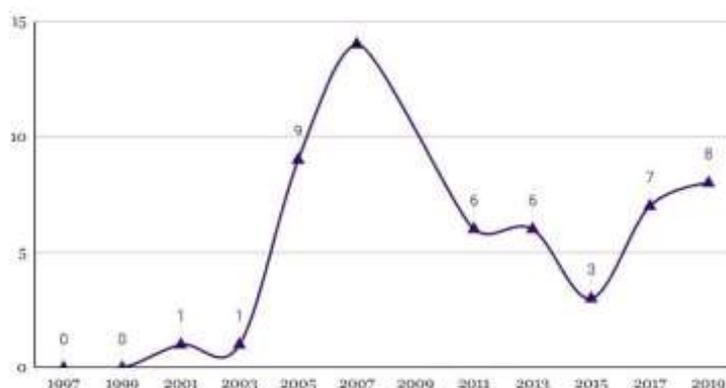


Alguns desdobramentos

Essas experiências vividas em outro país, as abordagens teóricas citadas e a questão central da tese de Bianchetti (2022) inspiraram o grupo do macroprojeto a se perguntar sobre qual cidadania falávamos na América Latina.

Kehl e colaboradores (2019) levantaram um total de 7.666 trabalhos dos 11 Encontros Nacionais de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC). Neles, apenas 55 trabalhos (0,71%) citavam literalmente os termos cidadania, cidadão ou cidadã, como mostra o Gráfico 1, no período de 1997 até 2019.

Gráfico 1: Artigos do ENPEC 1997-2019 com a ocorrência dos termos nos elementos pré-textuais (ano, número de artigos)



Fonte: Elaborado pelas/os autoras/es. Dados de Pesquisa (2021).

Esse levantamento contribuiu para que o grupo do macroprojeto, também buscasse encontrar silêncios sobre outros tipos de cidadanias, por exemplo, pesquisas que tratassem questões de gênero e sexualidade, racismo ou desigualdade social, contudo não citavam a palavra cidadania.

Conforme Gráfico 1, destes 55 trabalhos, notamos um aumento do uso da palavra cidadania e correlatas, com um pico em 2007 (15 trabalhos). Inferimos



Blo-pánel

Tema de Analisis

133 respostas

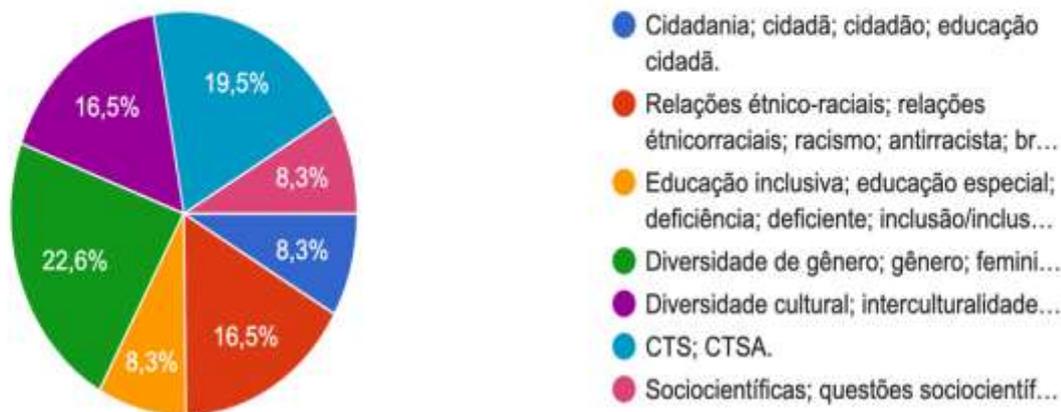


Gráfico 2 – Temas de Análise nos ENPECs e a sua frequência em nove anos (2011-2019).

Fonte: equipe brasileira do Macroprojeto.

que isso pode ter acontecido em razão de indução de políticas, tanto nas ações afirmativas como as cotas para negros e indígenas, bem como nos documentos curriculares que apresentavam grande ênfase no discurso de cidadania e nas relações entre CTS. Contudo, foi principalmente a luta dos movimentos sociais, que garantiu esses direitos. Após esse período, percebemos um recuo, com novo aumento no ENPEC de 2019 (8 trabalhos). O discurso de cidadania estava forte na primeira década dos anos 2000, sendo retomado em 2017. É possível inferir que isso ocorreu no contexto brasileiro, devido ao golpe parlamentar presidencial que sofremos em 2016, do qual aconteceram inúmeros retrocessos na educação, saúde e cultura, aumento da desigualdade social e perda de direitos. Os ENPECs tiveram bastante protagonismo político, trazendo temáticas centrais tais quais: resistência, desigualdade, diversidade, diferença.

Nesse sentido, a decisão do grupo do macroprojeto em optar pela ampliação e cruzamento de outras palavras-chave foi muito importante para olharmos outras formas em que a cidadania se sobressaía nos trabalhos da área de ciências da natureza e biologia. Assim chegamos a cinco tipos de cidadania conforme a mostra a tabela 1 :



Bio-pánel

Tabela 1: Tipos de Cidadanias e suas breves definições

Tipos de Cidadania	Definição Breve
Tipo A	Cidadania entendida como um padrão de comportamentos adequados e ou civis que as pessoas devem atender na sociedade, independente do contexto.
Tipo B	Cidadania entendida como dominar os conteúdos científicos necessários para compreender, adaptar-se ou tomar decisões na vida cotidiana.
Tipo C	Cidadania entendida como dominar os conteúdos científicos e suas relações com a tecnologia e a sociedade, para compreender, adaptar-se, tomar decisões conscientemente e intervir na realidade, não só cotidiana, mas também relacionada aos problemas sociais.
Tipo D	Cidadania entendida como o reconhecimento de diversas culturas e diversos saberes, o pertencimento a um grupo e a construção de atitudes de respeito pela diversidade.
Tipo E	Cidadania crítica e decolonial, entendida como exercício político de denúncia, organização e luta diante das diversas opressões históricas que fundamentam a sociedade



Essa busca nos permitiu chegar a 133 trabalhos, nessa primeira etapa. Ao observar o Gráfico 2, vemos os temas levantados, bem como a frequência que aparecem ao longo dos nove anos (2011-2019). Interessante ressaltar, que a educação CTS teve um importante papel nas abordagens sobre cidadania, mas apesar de mencionar a palavra, tendiam a um ensino de conteúdos científicos, apartados da realidade dos estudantes.

É interessante apontar que encontramos 44,6% de trabalhos com um tipo de cidadania D e E, os quais proporcionaram a problematização do racismo científico, a importância e valorização das produções científicas de pessoas negras e indígenas no passado e no tempo presente, a herança colonial como o racismo estrutural, anunciando abordagens para fortalecer as identidades dos povos originários. Esses números podem indicar uma tendência interseccional, pois essas temáticas aparecem com maior número de trabalhos nos dois últimos ENPECs. Essa é uma boa notícia!

Considerações finais

É fundamental denunciar esses caminhos que tendem a reafirmar a lógica colonial de poder, saber e ser. Por outro lado, anunciamos outras perspectivas na medida em que superamos os efeitos de colonialidade que subjulgam a humanidade dos negros, dos indígenas e dos povos não brancos das mulheres, dos LGBTQI+, dos deficientes, enfim, apontando no horizonte novas formas de ser, estar e viver no mundo.

Referências

- Barbosa, A. T. (2018) (De)Colonialidade No Currículo De Biologia Do Ensino Secundário Geral Em Timor-Leste. (Universidade Federal de Santa Catarina).
- Cassiani, S. & Linsingen, I. v. (orgs.), (2019) *Resistir, (Re)Existir e (Re)inventar a Educação Científica e Tecnológica* (pp.76-103). Florianópolis, Brasil: Núcleo de Publicações do Centro de Ciências da Educação-UFSC. <https://dicite.paginas.ufsc.br/files/2019/08/PDFinterativo-eBook.DiCiTE.pdf>
- Cassiani, S. (2018). Reflexões sobre os efeitos da transnacionalização de currículos e da colonialidade do saber/poder em cooperações internacionais: foco na educação em ciências. *Revista Ciência e Educação*, 24(1), <http://dx.doi.org/10.1590/1516-731320180010015>
- Cassiani, S. e Linsingen, I. v. (2009) Formação inicial de professores de ciências: perspectiva discursiva na educação CTS. *Educ. Rev.* [online], n.34.
- Freire, P. *Pedagogia do Oprimido*. 42ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- Linsingen, I. (2007) Perspectiva Educacional CTS: um campo em consolidação na América Latina. *Ciência & Ensino Online*, Campinas, SP, v. 1, p. 01-16.
- Moreno, E. R.; Amaya, G. F.; Cassiani, S.; Jiménez, G. P. & Córdoba (2021) La educación en biología y la construcción de ciudadanías. Una perspectiva Latinoamericana *Actas Eletronicas del XI Congreso Internacional en Investigación en didáctica de las ciencias*.
- Orlandi, E. (2011) *A linguagem e seu funcionamento – as formas do discurso*. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes.
- Pereira, P. B (2014) O Programa De Qualificação De Docentes E Ensino De Língua Portuguesa No Timor-Leste (Pqlp): Um Olhar Para O Ensino De Ciências Naturais (Universidade Federal de Santa Catarina).

